



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SHIRLEY ROLIM EVANGELISTA

**DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NAS ESCOLAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
BÁSICO DO BRASIL**

**BELÉM-PA
2018**

SHIRLEY ROLIM EVANGELISTA

**DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NAS ESCOLAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
BÁSICO DO BRASIL**

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de curso, orientado pelo Prof.º Dr. José Carlos Martins Cardoso, da Faculdade de Educação (FAED), como requisito avaliativo para conclusão de curso.

BELÉM-PA
2018

SHIRLEY ROLIM EVANGELISTA

**DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO
DIRETAS NAS ESCOLAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
BÁSICO DO BRASIL**

Artigo apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do
Pará/ Faculdade de Educação-FAED, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Dr. José Carlos Martins Cardoso

Conceito/nota: _____ aprovado em _____

Belém, ____ de ____ de 2018

Banca examinadora

Prof. Dr. José Pedro Garcia Oliveira
Universidade Federal do Pará

Ma. Genilda Teixeira Pereira Amaral
Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 ASPECTOS PRINCIPAIS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	7
2.1 A Política Pública Dinheiro Direto na Escola	8
3 O PDDE NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ- MIRI NO ESTADO DO PARÁ	10
3.1 Comparação da prevalência e a ausência do PDDE nas escolas estaduais e municipais nos anos de 2015 à 2017	10
3.2 Verificação do valor recebido do PDDE por cada aluno matriculado nos anos de 2015 à 2017	12
4 METODOLOGIA	13
5 RESULTADOS	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NAS ESCOLAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO DO BRASIL

Shirley Rolim Evangelista¹

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a importância que o PDDE tem em financiar a melhoria da infraestrutura e práticas pedagógicas das escolas públicas no Brasil. Quais problemáticas deixam de ser resolvidas nas escolas quando o recurso advindo do PDDE não chega até ela? Dentre as redes de ensino Estadual e Municipal quais apresentam mais prevalência e ausência no valor advindo do PDDE? No âmbito dessas instituições, qual o valor correspondente a cada aluno em função das matrículas realizadas? O estudo foi apoiado em pesquisa bibliográfica embasada nos autores: ADRIÃO; PERONI (2007), CARDOSO (2009), MAFASSIOLI (2015) e FERREIRA; GOMES; LIMA (2017). A pesquisa documental contou com dados extraídos do site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Relação de unidades executoras atendidas pelo PDDE. Este estudo teve embasamento teórico em autores que trabalharam a temática PDDE de 2007 a 2017, sendo que uma parte desse intervalo se referiu às dificuldades operacionais do PDDE no município de Igarapé-Miri – Pará nos anos 2015 à 2017. O resultado demonstrou que as escolas Estaduais em funcionamento nessa municipalidade, enfrentam dificuldades operacionais em receber o recurso do PDDE, quando comparadas às escolas do sistema municipal dessa cidade, as quais apresentaram maior prevalência na recepção desse aporte financeiro, considerando os anos de estudo submetidos à análise.

PALAVRAS-CHAVE: PDDE, Escola Pública, Financiamento, Educação.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the importance of the PDDE in financing the improvement of the infrastructure and pedagogical practices of public schools in Brazil. What problems are left unresolved in schools when the resource from the PDDE does not reach them? Among the State and Municipal education networks which present more prevalence and absence in value from the PDDE? In the scope of these institutions, what is the value corresponding to each student according to the enrollments made? The study was supported by bibliographic research based on the authors: ADRIÃO; PERONI (2007), CARDOSO (2009), MAFASSIOLI (2015) and FERREIRA; GOMES; LIMA (2017). The documentary research had data extracted from the website National Fund for Education Development (FNDE) - List of executing units served by PDDE. This study had a theoretical background in authors who worked on the PDDE theme from 2007 to 2017, and part of this interval referred to the operational difficulties of PDDE in the municipality of Igarapé-Miri - Pará in the years 2015 to 2017. The result showed that schools State in operation in this municipality, face operational difficulties in receiving the PDDE resource, when compared to the schools of the municipal system of that city, which presented higher prevalence in receiving this financial contribution, considering the years of study submitted to the analysis.

¹Aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará.

KEY WORDS: PDDE, Public School, Financing, Education.

1 Introdução

A política pública Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE tem como um de seus principais objetivos a melhoria da infraestrutura e práticas pedagógicas das escolas (MAFASSIOLI, 2015, p.2). Neste sentido, parte a iniciativa de discutir sobre o assunto, tendo verificado que esse programa de financiamento da educação (Básica) ainda é pouco conhecido por parte de alguns graduandos do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação – FAED e do Instituto de Ciências da Educação - ICED, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Algumas escolas públicas do Brasil vêm enfrentando a problemática da ausência de investimentos básicos que impedem que o aluno venha a ter uma educação com qualidade, e o PDDE intenta contribuir para que essa realidade mude, visto que por meio dele, o governo Federal destina valores para as instituições públicas que envolvem toda Educação Básica e as que se encontram nas condições estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, daí a importância para sociedade.

Neste trabalho, a política pública Programa Dinheiro Direto na Escola foi analisada por meio de documentos extraídos do site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE com intuito de averiguar a prevalência e a ausência do recurso nas dependências das Escolas Estaduais Ensino Médio Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro e as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Ebenezer e Instituto Nossa Senhora de Santana, todas localizadas no Município de Igarapé-Miri, com indicadores estatísticos relacionados aos anos de 2015, 2016 e 2017.

Este trabalho analisou quatro escolas que fazem parte do Estado do Pará e do território brasileiro quanto ao que se refere ao recebimento ou não do recurso advindo do PDDE. Produções acadêmicas desta natureza contribuem para que a população em geral venha ter acesso ao quantitativo de melhorias que Programa traz de melhoria à educação, contribuindo para que o indivíduo desperte em si o senso crítico e reflexivo frente às dificuldades operacionais que o programa apresenta em algumas escolas públicas brasileiras.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2016, p.31), diz que a missão da Universidade Federal do Pará é “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, para formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade

inclusiva e sustentável”, e a socialização deste trabalho, permite que a universidade cumpra essa missão.

A discussão da temática PDDE na academia é muito importante, haja vista que o mesmo é uma Política Pública que financia a educação básica no Brasil. Trabalhos como estes por parte dos seus discentes na UFPA contribui para que ela venha ser conhecida em âmbito Nacional e Internacional como bem informa o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016, p.33) sobre a visão da Universidade, “Ser conhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade do ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”.

A pesquisa em questão constitui-se como um documento de que tem como objetivo disseminar o conhecimento a respeito do Programa Dinheiro Direto na Escola e por sua vez demonstrar fatos como estes que ocorrem no Estado do Pará e Região Amazônica, seguindo assim um dos objetivos do Instituto de Ciências da Educação- ICED (RESOLUÇÃO N. 649 p.4).

A Faculdade de Educação- FAED no artigo 5º do seu regimento previu que os cursos de graduação da UFPA deverão promover a formação do cidadão dando-lhes capacidade para aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias para que formem a sua ação autônoma, crítica e contextualizada para suas atividades profissionais (REGIMENTO FAED, p.4). Neste sentido este trabalho possibilita aos discentes a pesquisa científica quanto à temática do PDDE, permitindo-lhes a formação da sua análise crítica em relação ao assunto.

Esta pesquisa também tem importância para Disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia, que foi e é marcada por diferentes concepções de estado que influenciaram e influenciam diretamente nas políticas educacionais pensadas pelos órgãos que regem a legislação no Brasil (MARTINS et.al 1999).

O assunto Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE mesmo sendo algo não muito discutido no cotidiano da Universidade e em outros âmbitos da sociedade, os autores como Peroni (2007), Adrião (2007), Cardoso (2009), Mafassioli (2015) e Ferreira(2017), já discutiram detalhadamente sobre o assunto.

Quando se pensa em uma escola com qualidades e também que prezam por práticas cidadã, os maiores beneficiados são os sujeitos que fazem parte do seu corpo discente, docentes e os demais funcionários deste local. Neste sentido, esse artigo teve como problema de pesquisa conhecer quais problemáticas deixam de ser resolvidas na escola quando o recurso advindo do PDDE não chega até ela?, Dentre as escolas da rede Estadual e Municipal pesquisadas nos anos de 2015 à 2017, quais apresentaram mais prevalência ou ausência no valor advindo do PDDE?, e no âmbito dessas instituições, qual o valor correspondente a cada aluno em função das matrículas realizadas?

Tendo o conhecimento que investimentos na educação são necessários para que sejam alcançados as necessidades básicas das instituições públicas do Brasil em relação à parte física e pedagógica, este trabalho teve como objetivo geral: - Analisar a importância que o PDDE tem em financiar a melhoria da infraestrutura e práticas pedagógicas das escolas públicas no Brasil. E objetivos Específicos de: -.Informar os aspectos principais do Programa Dinheiro Direto na Escola; - Comparar a prevalência e a ausência do PDDE nas escolas Estaduais e Municipais nos anos de 2015 à 2017;- Verificar nas Escolas Municipais e Estaduais quanto de recurso financeiros provenientes do PDDE, a elas se destinou em razão do número de alunos matriculados nos anos de 2015 a 2017.

2 Aspectos principais do programa dinheiro direto na escola.

Este artigo está estruturado em três seções, a primeira tem como objetivo abordar sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no que diz respeito ao que vem a ser PDDE, quando ele foi criado, suas principais mudanças desde a origem, quem o gerencia, como os recursos advindos do programa podem ser usados na escola, seus principais objetivos, para que ele é destinado, quem operacionaliza o recurso e as condições básicas para as instituições receberem o dinheiro previsto.

Na segunda seção, apresenta-se a análise comparativa da prevalência e da ausência do Programa Dinheiro Direto na Escola, na dependência das Escolas Estaduais Ensino Médio Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro e das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Ebenezer e Instituto Nossa Senhora de Santana, nos anos de 2015, 2016 e 2017. Já na terceira seção foi exposta a verificação realizada na pesquisa sobre o montante financeiro destinado pelo PDDE às instituições, em função do número de alunos matriculados.

2.1 A Política Pública Dinheiro Direto na Escola.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE é uma das políticas financiadas pela União que designa recursos financeiros em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal, e também às aquelas escolas privadas de educação especial, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social -CNAS e em outras similares de atendimento direto e gratuito ao público, e aos polos presenciais do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB que ofertam programas de formação inicial e continuada a profissionais da Educação Básica, sempre atendendo as competências estabelecidas pelo pacto federativo (MAFASSIOLI, 2015, p.2,3).

Segundo Mafassioli (2015) o Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE, do Ministério da Educação – MEC. O valor do recurso é repassado de acordo com o número de alunos matriculados, segundo estatísticas extraídas do Censo Escolar do ano anterior ao repasse (MAFASSIOLI, 2015, p.3).

No Estado do Pará, a gestão do Programa PDDE, objetiva-se em aprimorar e qualificar os agentes da gestão escolar com intuito de possibilitar um melhor posicionamento dos sujeitos quanto a sua gestão e estratégias de governança na contemporaneidade, possibilitando aos mesmos, competências de ordem técnicas- gerenciais para uma gestão democrática (FERREIRA; GOMES; LIMA, 2017 p.2). Ainda sobre a gestão, no Estado do Pará Adrião; Peroni (2007, p.68) relatam que:

Na rede estadual de ensino do Pará, a gestão do PDDE tem-se dado de duas formas, ambas previstas nas normas de funcionamento do Programa: 1) por meio do repasse dos recursos do FNDE para a Seduc, que, na condição de entidade mantenedora e executora (EEx), recebe e administra os recursos do Programa; e 2) do FNDE para as unidades executoras (UEX) das escolas da rede, no caso os Conselhos Escolares.(ADRIÃO; PERONI, 2007, p.68).

O Programa Dinheiro Direto na Escola, conhecido como política pública de descentralização de recursos da educação, foi criado no ano de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique (MAFASSIOLI, 2015, p. 2, 3). Neste ano era conhecido como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – PMDE (MAFASSIOLI, 2015, p.3).

Desde a sua origem o Programa sofreu algumas mudanças, uma delas ocorreu no final do ano de 2008 e início de 2009, quando passou a atender não só o ensino fundamental, mas todos os níveis da educação básica, incluindo a educação infantil e o ensino médio (MAFASSIOLI, 2015, p. 2). Um dos motivos para a ampliação do repasse para toda educação básica foi à publicação da Emenda Constitucional nº 59 (de 11 de novembro de 2009), a qual ampliou a obrigatoriedade da educação escolarizada para faixa etária dos quatro aos dezessete anos (MAFASSIOLI, 2015, p.7).

Um dos objetivos do PDDE é elevar os índices de desempenho da educação básica, e para alcançar esse objetivo, reúne várias ações que promovam a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola, assim como ações que reforcem a autogestão escolar nos planos que envolvem as finanças, o administrativo e o didático das escolas (MAFASSIOLI, 2015 p.2,3). Essas ações são muito importantes, visto que, segundo Mafassioli (2015, p. 13):

Os recursos do PDDE modificaram essa realidade, mesmo ampliando as funções do gestor escolar, as escolas públicas tiveram uma “autonomia” relativa para adquirir material de consumo, recursos didáticos, realizar reparos, melhorar a estrutura física e promover ações para qualificar os processos de ensino e de aprendizagem e o desenvolvimento de atividades educacionais do projeto pedagógico. (MAFASSIOLI, 2015, p.13).

Para as instituições receberem o recurso do PDDE, devem apresentar algumas condições como: ter conta bancária específica para crédito dos recursos; participar do Censo escolar; possuir matrícula de alunos nas modalidades regular, especial e indígena; permanecer em atividade no ano de repasse do recurso e as UEx adimplentes com a prestação de contas (MAFASSIOLI, 2015 p.4).

Em relação a essas condições estabelecidas para que as escolas recebam o recurso, Adrião; Peroni (2007, p.72) relatam que:

É unânime a importância atribuída ao PDDE para a comunidade escolar, que manifesta sua aprovação, ainda que alguns o critiquem pelo excesso de exigências, na maioria das vezes circunscritas à pesquisa de preços e prestação de contas. Enfatiza-se a melhoria das condições infraestruturas e até das salas de aula, por meio da utilização de equipamentos e materiais pedagógicos. (ADRIÃO; PERONI, 2007, p.72).

As escolas usam os recursos do PDDE tanto para custeio como para capital. Quando usam no primeiro caso, são destinados à aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços para funcionamento e manutenção da escola. Quando incorrem na

segunda opção, são destinados a cobrir despesas com aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas, que resultem em reposição e elevação do patrimônio da escola (MAFASSIOLI, 2015 p.3).

Todo processo que usa os recursos advindos do PDDE passa pela verificação do conselho escolar ou órgão assemelhado, que faz o controle social para que o recurso seja usado adequadamente (MAFASSIOLI, 2015, p.11). Em relação aos conselhos escolares da rede estadual Adrião; Peroni (2007, p.69) explicam que:

[...] a gestão do PDDE por meio das UExs na rede estadual, tem apresentado alguns problemas em função do não-funcionamento dos Conselhos Escolares. Esse não-funcionamento, segundo as informações coletadas, decorre da falta de interesse da comunidade escolar em participar das reuniões. Esse é, para o representante da Seduc, o único fator que compromete a gestão do Programa, pois, para ele, o PDDE é, por si só, uma política de descentralização bastante positiva para as escolas, já que, por meio do Programa, o governo federal tem viabilizado não só a participação da comunidade escolar no emprego dos recursos das escolas, como também um aumento nos investimentos na escola, que antes do Programa, contava apenas com recursos estaduais (Fundo Rotativo).(ADRIÃO; PERONI, 2007, p.69).

Ainda em relação à gestão do recurso advindo do PDDE Cardoso (2009, p.51) diz que:

Por outro lado, é importante esclarecer que as normas do PDDE não exigem a criação de UEXs nas escolas com menos de 99 alunos. Nesses casos, elas podem receber os recursos por intermédio da Secretaria de Educação do Estado, do Distrito Federal, do Município ou da própria Prefeitura, tal como se deu no início da implantação do Programa. Mas, podem, também, consorciarem-se, de modo a constituírem uma única Unidade Executora que as represente, desde que as unidades escolares abrigadas pelo consórcio pertençam à rede de ensino da mesma esfera de governo.(CARDOSO, 2009, P.51)

3 O PDDE no Município de Igarapé- Miri no Estado do Pará.

3.1 Comparação da prevalência e a ausência do PDDE nas escolas estaduais e municipais nos anos de 2015 à 2017.

O quadro 1 apresenta as duas Escolas Estaduais de Ensino Médio localizadas no Município de Igarapé-Miri, as quais fazem parte desta Pesquisa Quantitativa e Documental. Os dados nele discriminados foram obtidos por meio do site FNDE. Neste, pesquisou-se as Relações das Unidades Executoras atendidas pelo PDDE, das quais se pôde obter a

prevalência e a ausência dos valores recebidos pelas escolas Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro nos anos de 2015, 2016 e 2017, período em que a pesquisa foi analisada.

ESCOLAS ESTADUAIS	VALORES PAGOS			
	ANOS			TOTAL
	2015	2016	2017	
E.E.E.M ENEDINA SAMPAIO MELO	0,00	0,00	16.600,00	16.600,00
E.E.E.M MANOEL ANTÔNIO DE CASTRO	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 1- Valores pagos pelo FNDE – 2015 à 2017

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.pdderex_2_pc

Neste quadro é possível observar a situação das escolas estaduais Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro que tiveram os valores pagos pelo FNDE nos três anos pesquisados.

No ano de 2015 e no ano de 2016 as duas escolas estaduais objetos deste estudo não tiveram os valores pagos pelo FNDE. No ano de 2017 a escola Enedina Sampaio Melo recebeu o total de 16. 600,00 que corresponde a 100% do valor que foi pago. Já a escola Manoel Antônio de Castro não teve o valor pago neste mesmo ano.

O quadro 2 apresenta as duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental localizadas no Município de Igarapé-Miri

A análise do quadro abaixo expõe a situação das escolas municipais Ebenezer e Instituto Nossa Senhora de Santana que tiveram valores pagos pelo FNDE nos anos em que a pesquisa se deu.

ESCOLAS MUNICIPAIS	VALORES PAGOS			
	ANOS			TOTAL
	2015	2016	2017	
E.M.E.F EBENEZER	0,00	12.420,00	13.980,00	26.400,00

E.M.E.F INSTITUTO NOSSA SENHORA DE SANTANA	0,00	21.980,00	22.140,00	53.120,00
--	------	-----------	-----------	-----------

Quadro 2: Valores pagos pelo FNDE – 2015 à 2017

Fonte: https://www.fnnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnnde.pdderex_2_pc

No ano de 2015 as duas escolas municipais não receberam o recurso do FNDE. Já no ano de 2016 a escola Ebenezer recebeu o valor o total pago de 12.420,00 que corresponde a 100% do valor total pago, a escola Instituto Nossa Senhora de Santana recebeu também o valor pago de 21.980,00 que corresponde a 100% do total pago. No ano de 2017 as escolas Ebenezer e o Instituto Nossa Senhora de Santana receberam respectivamente o valor pago total de 13.980,00 e 22.140,00 o que corresponde a 100% dos valores pagos.

3.2 Verificação do valor recebido do PDDE por cada aluno matriculado nos anos de 2015 a 2017.

A análise do quadro abaixo retrata a quantidade de alunos matriculados nos anos de 2015 a 2017 nas escolas estaduais Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro.

Em relação a passagem do ano de 2015 para o ano de 2016 a escola Enedina Sampaio Melo apresentou um aumento de 5,99% no número de alunos matriculados que corresponde a 45 alunos. Já na passagem do ano 2016 para o ano de 2017 houve uma diminuição de 2,39% no número de alunos matriculados que corresponde a 19 alunos. Na escola Manoel Antônio de Castro na passagem do ano de 2015 para o ano de 2016 houve um aumento de 6,34% no número de alunos matriculados que corresponde a 94 alunos. Já na passagem do ano de 2016 para o ano 2017 também houve aumento de 3,23% no número de alunos matriculados que corresponde a 51 alunos.

ESCOLAS ESTADUAIS	ANOS	Nº DE MATRÍCULA	RECURSO PAGO	RECURSO/ALUNO
E.E.E.M ENEDINA SAMPAIO MELO	2015	751	0,00	0,00
	2016	796	0,00	0,00
	2017	777	16.600,00	21,36
E.E.E.M MANOEL	2015	1.483	0,00	0,00
	2016	1.577	0,00	0,00

ANTÔNIO DE CASTRO	2017	1.628	0,00	0,00
----------------------	------	-------	------	------

Quadro 3: Valor recebido/ aluno matriculado – 2015 à 2017

Fonte: https://www.fnnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnnde.pddderex_2_p

A análise do quadro abaixo retrata a quantidade de alunos matriculados nos anos de 2015 a 2017 nas escolas municipais Ebenezer e Instituto Nossa Senhora de Santana.

Em relação a passagem do ano de 2015 para o ano de 2016 a escola Ebenezer apresentou um aumento de 16,06% no número de alunos matriculados que corresponde a 79 alunos, e na passagem de 2016 para 2017 um aumento de 6,3% no número de alunos matriculados que corresponde a 36 alunos. Na escola Instituto Nossa Senhora de Santana na passagem de 2015 para a ano de 2016 houve uma diminuição de 2,24% no número de alunos matriculados que corresponde a 24 alunos e na passagem do ano de 2016 para o ano 2017 houve também uma diminuição de 9,25% no número de alunos matriculados que corresponde a 97 alunos.

ESCOLAS MUNICIPAIS	ANOS	Nº DE MATRÍCULA	RECURSO PAGO	RECURSO/ALUNO
E.M.E.F EBENEZER	2015	492	0,00	0,00
	2016	571	12.420,00	21,75
	2017	607	13.980,00	23,03
E.M.E.F INSTITUTO NOSSA SENHORA DE SANTANA	2015	1.073	0,00	0,00
	2016	1.049	21.980,00	20,95
	2017	952	22.140,00	23,25

Quadro 4: Valor recebido/aluno matriculado – 2015 à 2017

Fonte: https://www.fnnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnnde.pddderex_2_p

4 Metodologia

Este artigo teve início com a discussão das temáticas coordenadas pelo Prof^o Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa no dia 22 de dezembro de 2017. Após suas orientações foi elaborado um cronograma com 9 (nove) atividades para desenvolver o artigo. As escolas objeto deste estudo foram escolhidas por motivos diferentes, as duas da rede estadual foram às únicas disponíveis no site do FNDE no Município de Igarapé-Miri. Já as duas integrantes da rede Municipal foram escolhidas por apresentar o maior número de alunos matriculados no ano de 2017.

Na primeira atividade foi decidido o assunto e o tema, acordado em: Dificuldades na efetivação do Programa Dinheiro Direto nas Escolas nas instituições de ensino básico do Brasil, elaboração da introdução e procura por regimentos. Quanto ao regimento da Faculdade de educação teve-se dificuldade para obter por meio do site:(<http://iced.ufpa.br/site/>), necessitando ir até a faculdade.

Na segunda atividade foram elaborados três problemas de pesquisa como indicados acima. E na terceira atividade foram pesquisadas as referências sobre o assunto, elaboração do objetivo geral, específicos e início das seções do artigo. Na quarta atividade o primeiro objetivo específico foi descrito, assim como a primeira seção deste trabalho. Neste dia foram pesquisados artigos científicos, livros, decretos e regimentos para abordar os aspectos relacionados ao Programa Dinheiro Direto na Escola, e elaboração da primeira seção.

Na quinta atividade foi acessado o site: http://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.PDDEREX do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para pesquisar as Relações das Unidades Executoras atendidas pelo PDDE com intuito de escolher as escolas a serem estudadas nos anos de 2015, 2016 e 2017 no Município de Igarapé-Miri, como segue abaixo o Quadro 01:

ESCOLA ESTADUAL: E.E.E.M Enedina Sampaio Melo – 2015, 2016 e 2017

Executora: CONS ESCOLAR DA EE DE ENS MEDIO ENEDINA SAMPAIO MELO - C. E.						CNPJ: 11.175.209/0001-02				
UF: PA Município: IGARAPÉ-MIRI						Nº Escolas: 1				
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000108421						Nº Alunos: 751				
Valor Total Estimado:		16.020,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior):		0,00		Valor Devido:	16.020,00	
Descrição do Pagamento		Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2015	VI Pg 2016 Ref. a 2015	
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital				
PDDE EDUC. BASICA		12.816,00	3.204,00	16.020,00	0,00	0,00	16.020,00	0,00	0,00	
Total:		12.816,00	3.204,00	16.020,00	0,00	0,00	16.020,00	0,00	0,00	

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPÉ-MIRI						
15570193	EEEM ENEDINA SAMPAIO MELO	751	PDDE EDUC. BASICA	12.816,00	3.204,00	16.020,00
			Total:	12.816,00	3.204,00	16.020,00
Total:	1	751		12.816,00	3.204,00	16.020,00

Executora: CONS ESCOLAR DA EE DE ENS MEDIO ENEDINA SAMPAIO MELO - C. E.						CNPJ: 11.175.209/0001-02					
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000108421						Nº Alunos: 796					
Valor Total Estimado:		16.920,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior):		0,00		Valor Devido:		16.920,00	
Descrição do Pagamento		Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2016	VI Pg 2017 Ref. a 2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital					
PDDE EDUC. BASICA P1		6.768,00	1.692,00	8.460,00	0,00	0,00	8.460,00	0,00	0,00		
PDDE EDUC. BASICA P2		6.768,00	1.692,00	8.460,00	0,00	0,00	8.460,00	0,00	0,00		
Total:		13.536,00	3.384,00	16.920,00	0,00	0,00	16.920,00	0,00	0,00		

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPE-MIRI						
15570193	EEEM ENEDINA SAMPAIO MELO	796	PDDE EDUC. BASICA P1	6.768,00	1.692,00	8.460,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	6.768,00	1.692,00	8.460,00
			Total:	13.536,00	3.384,00	16.920,00
Total:	1	796		13.536,00	3.384,00	16.920,00

Executora: CONS ESCOLAR DA EE DE ENS MEDIO ENEDINA SAMPAIO MELO - C. E.						CNPJ: 11.175.209/0001-02					
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 4414 Conta:						Nº Alunos: 777					
Valor Total Estimado:		16.600,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior):		0,00		Valor Devido:		16.600,00	
Descrição do Pagamento		Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2017	VI Pg 2018 Ref. a 2017		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital					
PDDE EDUC. BASICA P1		6.640,00	1.660,00	8.300,00	0,00	0,00	8.300,00	8.300,00	0,00		
PDDE EDUC. BASICA P2		6.640,00	1.660,00	8.300,00	0,00	0,00	8.300,00	8.300,00	0,00		
Total:		13.280,00	3.320,00	16.600,00	0,00	0,00	16.600,00	16.600,00	0,00		

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPE-MIRI						
15570193	EEEM ENEDINA SAMPAIO MELO	777	PDDE EDUC. BASICA P1	6.640,00	1.660,00	8.300,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	6.640,00	1.660,00	8.300,00
			Total:	13.280,00	3.320,00	16.600,00
Total:	1	777		13.280,00	3.320,00	16.600,00

E também o Quadro 02 abaixo demonstra o perfil de recursos da escola em foco, abaixo.

ESCOLA ESTADUAL: E. E. E. M. Manoel Antônio de Castro – 2015, 2016 e 2017

Executora: CONSELHO ESCOLAR DO CEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO.						CNPJ: 10.443.536/0001-35					
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000106143						Nº Alunos: 1.483					
Valor Total Estimado:		30.660,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior):		0,00		Valor Devido:		30.660,00	
Descrição do Pagamento		Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2015	VI Pg 2016 Ref. a 2015		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital					
PDDE EDUC. BASICA		24.528,00	6.132,00	30.660,00	0,00	0,00	30.660,00	0,00	0,00		
Total:		24.528,00	6.132,00	30.660,00	0,00	0,00	30.660,00	0,00	0,00		

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPE-MIRI						
15572226	EEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO	1.483	PDDE EDUC. BASICA	24.528,00	6.132,00	30.660,00
			Total:	24.528,00	6.132,00	30.660,00
Total:	1	1.483		24.528,00	6.132,00	30.660,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR DO CEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO.						CNPJ: 10.443.536/0001-35					
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000106143						Nº Alunos: 1.577					
Valor Total Estimado:		32.540,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior):		0,00		Valor Devido:		32.540,00	
Descrição do Pagamento		Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2016	VI Pg 2016 Ref. a 2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital					
PDDE EDUC. BASICA P1		13.016,00	3.254,00	16.270,00	0,00	0,00	16.270,00	0,00	0,00		
PDDE EDUC. BASICA P2		13.016,00	3.254,00	16.270,00	0,00	0,00	16.270,00	0,00	0,00		
Total:		26.032,00	6.508,00	32.540,00	0,00	0,00	32.540,00	0,00	0,00		

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPE-MIRI						
15572226	EEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO	1.577	PDDE EDUC. BASICA P1	13.016,00	3.254,00	16.270,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	13.016,00	3.254,00	16.270,00
			Total:	26.032,00	6.508,00	32.540,00
Total:	1	1.577		26.032,00	6.508,00	32.540,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR DO CEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO.						CNPJ: 10 443.536/0001-35		
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000106143						Nº Alunos: 1.628		
Valor Total Estimado: 34.760,00				Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00		Valor Devido: 34.760,00		
Descrição do Pagamento		Valor Devido		Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2017	VI Pg 2018 Ref. a 2017
		Custeio	Capital	Total	Custeio			
PDDE EDUC. BASICA P1		13.904,00	3.476,00	17.380,00	0,00	0,00	17.380,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2		13.904,00	3.476,00	17.380,00	0,00	0,00	17.380,00	0,00
Total:		27.808,00	6.952,00	34.760,00	0,00	0,00	34.760,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
Município: IGARAPE-MIRI						
15572226	EEEM MANOEL ANTONIO DE CASTRO	1.628	PDDE EDUC. BASICA P1	13.904,00	3.476,00	17.380,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	13.904,00	3.476,00	17.380,00
			Total:	27.808,00	6.952,00	34.760,00
Total:	1	1.628		27.808,00	6.952,00	34.760,00

No Quadro 03 demonstra também os recursos recebidos pela escola, abaixo.

ESCOLA MUNICIPAL.E.M.E.F EBENEZER – 2015, 2016 e 2017.

Executora: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA DE EF R.C. EBENEZER						CNPJ: 01.859.361/0001-50		
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103195						Nº Alunos: 492		
Valor Total Estimado: 10.840,00			Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00			Valor Devido: 10.840,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2015	VI Pg 2016 Ref. a 2015
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA	7.588,00	3.252,00	10.840,00	0,00	0,00	10.840,00	0,00	0,00
Total:	7.588,00	3.252,00	10.840,00	0,00	0,00	10.840,00	0,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072797	E M E F EBENEZER	492	PDDE EDUC. BASICA	7.588,00	3.252,00	10.840,00
			Total:	7.588,00	3.252,00	10.840,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA DE EF R.C. EBENEZER						CNPJ: 01.859.361/0001-50		
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103195						Nº Alunos: 571		
Valor Total Estimado: 12.420,00			Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00			Valor Devido: 12.420,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2016	VI Pg 2017 Ref. a 2016
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA P1	3.726,00	2.484,00	6.210,00	0,00	0,00	6.210,00	6.210,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2	3.726,00	2.484,00	6.210,00	0,00	0,00	6.210,00	6.210,00	0,00
Total:	7.452,00	4.968,00	12.420,00	0,00	0,00	12.420,00	12.420,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072797	E M E F EBENEZER	571	PDDE EDUC. BASICA P1	3.726,00	2.484,00	6.210,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	3.726,00	2.484,00	6.210,00
			Total:	7.452,00	4.968,00	12.420,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA DE EF R.C. EBENEZER						CNPJ: 01.859.361/0001-50		
UF: PA Município: IGARAPE-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103195						Nº Alunos: 607		
Valor Total Estimado: 13.980,00			Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00			Valor Devido: 13.980,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2017	VI Pg 2018 Ref. a 2017
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA P1	5.592,00	1.398,00	6.990,00	0,00	0,00	6.990,00	6.990,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2	5.592,00	1.398,00	6.990,00	0,00	0,00	6.990,00	6.990,00	0,00
Total:	11.184,00	2.796,00	13.980,00	0,00	0,00	13.980,00	13.980,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072797	E M E F EBENEZER	607	PDDE EDUC. BASICA P1	5.592,00	1.398,00	6.990,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	5.592,00	1.398,00	6.990,00
			Total:	11.184,00	2.796,00	13.980,00

E finalmente o Quadro 04 apresenta também os recursos recebidos durante o período abaixo.

E.M.E.F INSTITUTO NOSSA SENHORA DE SANTANA – 2015, 2016 e 2017

Executora: CONSELHO ESCOLAR ERC INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA						CNPJ: 02.059.381/0001-00		
UF: PA Município: IGARAPÉ-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103128						Nº Alunos: 1.073		
Valor Total Estimado: 22.460,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00				Valor Devido: 22.460,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2015	VI Pg 2016 Ref. a 2015
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA	15.722,00	6.738,00	22.460,00	0,00	0,00	22.460,00	0,00	0,00
Total:	15.722,00	6.738,00	22.460,00	0,00	0,00	22.460,00	0,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072851	E M E F INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA	1.073	PDDE EDUC. BASICA	15.722,00	6.738,00	22.460,00
			Total:	15.722,00	6.738,00	22.460,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR ERC INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA						CNPJ: 02.059.381/0001-00		
UF: PA Município: IGARAPÉ-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103128						Nº Alunos: 1.049		
Valor Total Estimado: 21.980,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00				Valor Devido: 21.980,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2016	VI Pg 2017 Ref. a 2016
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA P1	6.594,00	4.396,00	10.990,00	0,00	0,00	10.990,00	10.990,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2	6.594,00	4.396,00	10.990,00	0,00	0,00	10.990,00	10.990,00	0,00
Total:	13.188,00	8.792,00	21.980,00	0,00	0,00	21.980,00	21.980,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072851	E M E F INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA	1.049	PDDE EDUC. BASICA P1	6.594,00	4.396,00	10.990,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	6.594,00	4.396,00	10.990,00
			Total:	13.188,00	8.792,00	21.980,00

Executora: CONSELHO ESCOLAR ERC INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA						CNPJ: 02.059.381/0001-00		
UF: PA Município: IGARAPÉ-MIRI						Nº Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 4414 Conta: 0000103128						Nº Alunos: 952		
Valor Total Estimado: 22.140,00		Dedução (Valor reprogramado excedente a 30% dos recursos disponíveis no exercício anterior): 0,00				Valor Devido: 22.140,00		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2017	VI Pg 2018 Ref. a 2017
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE EDUC. BASICA P1	8.856,00	2.214,00	11.070,00	0,00	0,00	11.070,00	11.070,00	0,00
PDDE EDUC. BASICA P2	8.856,00	2.214,00	11.070,00	0,00	0,00	11.070,00	11.070,00	0,00
Total:	17.712,00	4.428,00	22.140,00	0,00	0,00	22.140,00	22.140,00	0,00

Escola		Nº Alunos	Descrição do Pagamento	Valor		
Código	Nome			Custeio	Capital	Total
15072851	E M E F INSTITUTO NOSSA SENHORA SANTANA	952	PDDE EDUC. BASICA P1	8.856,00	2.214,00	11.070,00
			PDDE EDUC. BASICA P2	8.856,00	2.214,00	11.070,00
			Total:	17.712,00	4.428,00	22.140,00

Na sexta atividade foi feita a tabulação do segundo objetivo da pesquisa: comparar a prevalência e ausência do PDDE em duas Escolas Estaduais: Enedina Sampaio Melo e Manoel Antônio de Castro e duas Municipais: Ebenezer e Instituto Nossa Senhora de Santana. Para a sétima atividade ficou reservado a análise e tabulação do terceiro objetivo da pesquisa. Na oitava atividade foi feito a análise de dados das tabelas, a conclusão, e as referências. Com relação a nona atividade foram organizadas as referências do texto, análise sobre os gastos financeiros que foram em torno de 20,00 reais, revisão geral do texto e, finalmente, a apresentação do texto em sala de aula.

Fontes Históricas

Compuseram as fontes históricas deste estudo o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, Regimento do Instituto de ciência da educação- ICED; o Regulamento da faculdade de educação- FAED; estatísticas disponibilizadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; site:(<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefinição+do+papel+do+Estado+na+educação/f39b25b6-d796-45b2-b701-6ccc1bdf2296?version=1.2>>) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE PDDEREX; Artigos científicos, Revista de Financiamento da educação; Revista olhar de professor; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP e Dissertação de mestrado.

Tempo de Abrangência do estudo

Este estudo teve embasamento teórico em autores que trabalharam a temática do PDDE nos anos 2007 a 2017, o presente estudo compreende uma parte desse intervalo que mostra as dificuldades operacionais do PDDE no município de Igarapé-Miri –Pará nos anos 2015 a2017.

5 Resultados

Ao apreciarmos os aspectos principais do Programa Dinheiro Direto na Escola, foi possível conhecer o que é o Programa, quando foi criado, suas mudanças desde sua criação, seu gerenciamento, seus objetivos e pôr fim a importância dessa política de descentralização para melhoria das escolas brasileiras.

A comparação sobre a prevalência e a ausência do PDDE nas Escolas Estaduais e Municipais nos anos de 2015 à 2017 remeteu-nos aos seguintes resultados: a Escola Enedina Sampaio Melo da rede Estadual não recebeu o recurso do PDDE nos anos de 2015 e 2016, mas recebeu no ano de 2017 o valor pago de: R\$ 16.600,00. Já a Escola Manoel Antônio de Castro da rede Estadual não recebeu o recurso do PDDE em nenhum dos anos de estudo. A Escola Ebenezer da rede Municipal não recebeu o recurso do PDDE no ano de 2015, mas recebeu nos anos de 2016 o valor de: R\$ 12.420,00 e em 2017 o valor de: R\$ 13.980,00. Já a Escola Instituto Nossa Senhora de Santana também da rede Municipal não recebeu o recurso

em 2015, mas recebeu nos anos de 2016 o valor de R\$ 21.980,00 e em 2017 o valor de: R\$ 22.140,00.

Fazendo a comparação dos dados analisados nas escolas Estaduais e Municipais, pôde-se observar que houve maior prevalência do recurso advindo do PDDE nas Escolas da rede Municipal, e mais ausência de recursos nas Escolas Estaduais.

A verificação do valor recebido do PDDE por cada aluno em função do número de alunos matriculado nos anos de 2015 a 2017 nos remeteu aos seguintes resultados: a Escola Enedina Sampaio Melo da rede Estadual no ano de 2015 tinha 751 alunos matriculados, no entanto a escola neste ano não recebeu o recurso, no ano de 2016 tinha 796 alunos matriculados e também não recebeu o recurso, já no ano de 2017 tinha 777 alunos matriculados e recebeu o recurso do PDDE no valor de: R\$ 16.600,00, o que levou cada aluno neste ano a receber em função do número de matrícula o valor de: R\$ 21, 36 (vinte e um reais e trinta e seis centavos). A Escola Estadual Manoel Antônio de Castro matriculou 1.483 no ano de 2015, em 2016 matriculou 1.577 e em 2017 matriculou 1.628, no entanto essa escola não recebeu recurso nesses três anos, neste sentido não se pôde estimar quanto cada aluno recebeu em função do número de matrículas.

A Escola Ebenezer da rede Municipal em 2015 matriculou 492 alunos, mas não recebeu o recurso do PDDE, em 2016 recebeu: R\$ 12.420,00, o que levou cada aluno neste ano a receber em função do número de matrícula o valor de: 21, 75 (vinte um reais e setenta e cinco centavos), no ano de 2017 a escola matriculou 607 alunos e recebeu do PDDE um valor de: R\$ 13.980,00, o que levou cada aluno neste ano a receber em função do número de matrícula o valor de: R\$ 23,03 (vinte e três reais e três centavos). Já a Escola Instituto Nossa Senhora de Santana também da rede Municipal matriculou 1.073 no ano de 2015, no entanto não recebeu o recurso neste ano, mas recebeu nos anos de 2016 o valor de R\$ 21.980,00 e matriculou 1.049 alunos, o que levou cada aluno neste ano a receber em função do número de matrícula o valor de: R\$ 20, 95 (vinte reais e noventa e cinco centavos), e em 2017 recebeu o valor de: R\$ 22.140,00, matriculou 952 o que levou cada aluno neste ano a receber em função do número de matrícula o valor de: R\$ 23,25 (vinte três reais e vinte cinco centavos).

6 Considerações Finais

O resultado das análises desta pesquisa, demonstraram que as escolas Estaduais existentes no território do Município de Igarapé-Miri, comparadas às escolas municipais enfrentam maior dificuldades operacionais em receber o recurso do PDDE. Neste sentido

essas são as mais prejudicadas por não usufruírem dos recursos do programa, que buscam principalmente a melhoria da infraestrutura da escola e também das práticas pedagógicas.

Os objetivos dessa pesquisa foram atingidos quando demonstrado por meio dessa análise de dados, assim como a dificuldade operacional que conduzem esse Programa. Essa é uma problemática que perpassa por todo território brasileiro, sendo esta pesquisa uma pequena amostra que comprova a ineficácia operacional desse Programa no Município de Igarapé-Miri no Estado do Pará- Brasil.

O manuseio das fontes histórica foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho, visto que por meio delas pôde-se obter os dados que deram corpo a este estudo bibliográfico e documental.

Este estudo veio demonstrar como foi gerida a Políticas Publica PDDE nos anos de 2015, 2016 e 2017 em uma pequena amostra das escolas públicas do Município de Igarapé-Miri no Estado do Pará – Brasil, daí sua importância para a disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia, o que faz dele mais um documento científico que tem como objetivo a disseminação do conhecimento na Amazônia.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**–Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **NBR 6028**: Informação e documentação - Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, José Carlos Martins. **O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará**. 2009.157p.Dissertação(Mestrado) -Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2009. Programa de Pós-graduação em Educação.

PDI da UFPA. Disponível: <http://portal.ufpa.br/imagens/dacs/PDI_2016-2025.pdf>. Acesso em: 08 jan.2018

_____. Serviço Público Federal. Universidade Federal do Pará. **Res. N° 649**, CONSUN de 10/03/2008. Disponível:
<<http://iced.ufpa.br/site/phocadownload/Regimento/Regimento%20do%20ICED.pdf>>.
Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Serviço Público Federal. Universidade Federal do Pará. **Res. N° 4.399**, CONSEPE, de 14/05/2013. Disponível:
<<http://ifch.ufpa.br/Regulamento%20Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FNDE. **Relação de unidades executoras atendidas pelo PDDE**. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.PDDEREX_2_PC?p_ano=2017&p_prg=00&p_uf=PA&p_mun=>> Acesso em: 08 jan. 2018.

FERREIRA, Luciana R.; GOMES, Danielly C.; LIMA, Jessica C. **A Gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola no Estado do Pará**. 22 a 24 de agosto de 2017, Belém - Pará. Disponível em: < <http://revistas.unama.br/index.php/co-loquio/article/download/739/pdf>>.
Acesso em: 08 jan. 2018.

INEP. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Vera Maria Vidal Peroni, coord. Geral. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p.204. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefinição+do+papel+do+Estado+na+educação/f39b25b6-d796-45b2-b701-6ccc1bdf2296?version=1.2>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MAFASSIOLI, Andréia S. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v.5, n. 12, 2015, p. 1-18. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/67555/38751>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MARTINS, Clícia et.al. **As concepções de estado e as influências do neoliberalismo na política educacional**. Revista Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, nov. 1999. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1342/986>>. Acesso em: 08 jan. 2018

REGIMENTO: **Faculdade de Educação**. Disponível em:
<http://faed.ufpa.br/arquivos/Institucional2/RegimentoInternoFAED.pdf>. Acesso em: 08 jan.2018.